NOTÍCIAS CNTV / VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 04/Jul

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1541 | 2016

# Ministério Público sinaliza positivamente para "licitação" na área de segurança privada no DF

No dia 27 de junho o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF, Demóstenes Tres Albuquerque, deu parecer ao Processo 12593/2016 que trata do Pregão Eletrônico-SEPLAG sobre Segurança Privada, cujo despacho Singular nº 154/2016-GCMM fora determinada a suspensão do certame, em termos que foram analisados nesse parecer.

Foram apresentados todos os problemas que suscitaram a suspensão do pregão e apresentadas as determinações para as correções necessárias. Por isso, já há legitimidade para dar continuidade ao Pregão Eletrônico e cujo aval do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, pode ocorrer na próxima semana.

O Sindicato dos Vigilantes do DF aguarda com grande expectativa esse pregão eletrônico, esperando assim que as 600 demissões feitas pelo GDF sejam revertidas e os vigilantes possam retornar aos seus postos de trabalho.

O Sindicato também esteve em uma reunião com o Conselheiro do TCDF – Tribunal de Contas do DF, Márcio Michel, que afirmou colocar na pauta até o dia05 de julho a liberação do pregão eletrônico. Nesta reunião estavam presidente os diretores Paulo Quadros e Moisés Alves acompanhados da Deputada Federal Erika Kokay.

O Sindesv-DF também esteve com a procuradora geral do Ministério Público de Contas do DF, Drª Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, que encaminhou demandas apresentadas por este Sindicato para agilizar o processo licitatório.

Fonte: Sindesv-DF

# Sindivigilantes do Sul distribui alimentos doados na Festa do Vigilante

Diretores Carlos Schio e Ivo dos Santos, à direita, fizeram a entrega na Ilha dos Marinheiros

O Sindivigilantes do Sul está fazendo a distribuição das cestas de alimentos doados pela categoria na Festa do Vigilante às entidades que trabalham com pessoas de baixa renda. Na sexta-feira (1º) foi a vez do Galpão de Reciclagem As Marias, na Ilha dos Marinheiros, na capital, onde um grupo de mulheres trabalha com a triagem e reciclagem de materiais que recebem uma vez por semana do DMLU.

Elas receberam as cestas levadas pelos diretores Carlos Schio e Ivo dos Santos. Além das condições já difíceis no local, o teto do galpão foi arrancado no último temporal e só puderam reconstruí-lo com a ajuda de vários sindicatos. A renda dessas trabalhadoras é muito baixa, apenas R$ 100 reais por semana para ratearem entre 15 mulheres, mães de família. Por isso estão buscando outros convênios para conseguir uma renda maior.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

# Justiça do Trabalho condena postos por contratarem PMs como vigilantes

**Empresas terão de pagar R$ 500 mil de indenização, segundo a sentença. Dois estabelecimentos condenados ficam na Anhanguera, em Limeira (SP).**

A Justiça do Trabalho condenou dois postos de combustíveis da rede Graal ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor máximo de R$ 500 mil. Sentença do juiz Pablo Souza Rocha determina que o Auto Posto e Restaurante Castelo e o Rodoposto Topázio, ambos localizados na Rodovia Anhanguera (SP-330), em Limeira (SP), deixem de contratar

policiais militares como vigilantes.

Ainda cabe recurso das empresas à decisão. O Rodoposto Topázio informou, por telefone, que não foi notificado da decisão. Já o representante do Castelo não retornou as ligações do G1 até às12h de domingo (3).

A sentença atende a um pedido do Ministério Público do Trabalho (MPT). Conforme nota divulgada nesta sexta-feira (1) pelo órgão, os dois estabelecimentos terão 90 dias para comprovar a contratação regular de vigilantes. Caso a determinação não seja cumprida, os postos receberão multa diária de R$ 25 mil até o limite de R$ 500 mil. O valor será revertido a entidades beneficentes de Limeira escolhidas pelo MPT.

Ainda segundo o Ministério Público, durante inquérito civil, responsáveis pelos dois estabelecimentos confirmaram ter contratos com PMs. Eram nove no Castelo e 19 no Topázio, informou o MPT. Segundo o órgão, devido ao cargo exercido, os policiais não poderiam ser contratados pelas empresas com registro em carteira.

"Foi proposta, então, a assinatura de um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) que previa a regularização dos postos, no entanto, o acordo foi recusado pelos representantes das empresas", afirma a nota do Ministério Público.

'Enriquecem ilicitamente'

A procuradora do Trabalho responsável pela ação, Lorena Vasconcelos Porto, afirmou em nota que os PMs são aprovados em concurso público e recebem treinamento na corporação, além de armas e munições compradas com dinheiro do governo para uso exclusivo no exercício da segurança pública.

"Inegável que os réus se enriquecem ilicitamente ao longo dos anos, não apenas porque ignoram os preceitos legais aos quais deveriam se submeter, mas também porque se utilizam de mão de obra treinada e aparelhada pelo Estado em benefício próprio e a baixo custo", afirma a procuradora na nota divulgada pelo MPT.

Fonte: G1

**Fala CNTV**

A Confederação Nacional dos Vigilantes repudia veementemente o uso de mão-de-obra não especializada para o exercício das atividades da segurança privada. Os vigilantes recebem treinamento específico para agir corretamente nas situações mais adversas. O exercício da atividade por pessoas que não são devidamente capacitadas coloca a vida de todos em risco.

Fonte: CNTV

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Abdelaziz
Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF